

Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24. 004/2016 - SEMAD

PROCESSO Nº.: 048895/2015-60

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PELO PRAZO DE 01 (UM) ANO, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE À INCÊNDIOS, A SEREM EXECUTADOS EM DIVERSOS AMBIENTES DOS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM A PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL,

Empresa:		
Pessoa para contato		
Endereço:		
		Estado:
Telefone:		Fax:
E-mail:		
CNPJ		
Recebemos da Comissão Perma respectivos anexos.	nente de Licitação, cópia	do Pregão Presencial acima identificado e
Natal,	de	de 2016

Carimbo/Assinatura

(Preencher com letra legível e encaminhar digitalizada via e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br, para que possamos enviar informações posteriores, caso seja necessário).



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 24.004/2016- SEMAD 2ª CONVOCAÇÃO

A Secretaria de Municipal de Administração - SEMAD, através do(a) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria N.º 113/2015, publicado no Diário Oficial do Município edição de 28/01/2015, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade pregão, de forma presencial, tipo **menor preço global**, para execução do objeto abaixo discriminado, que será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666, de 27 de junho de 1993, em sua atual redação, que será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 7.652, de 23 de Junho de 2005 e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em sua atual redação e ainda a Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, (com inclusões e alterações introduzidas pelas Leis Complementares nºs 128/2008, 139/2011, 147/2014), Decreto municipal nº 11.005, de 29 de Abril de 2016, que regulamento o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de Natal e legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, a lei 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua atual redação, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1 - DO OBJETO:

1.1 - Registro de preços, pelo prazo de 01 (um) ano, para eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recarga, manutenção e instalação de equipamentos de combate à incêndios, a serem executados em diversos ambientes dos órgãos que compõem a Prefeitura Municipal do Natal, de acordo com as especificações, quantidades e exigências contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

2 - DATA, HORÁRIO E LOCAL DE ABERTURA DA LICITAÇÃO:

- 2.1 A abertura da sessão pública da licitação ocorrerá no **dia 07 / 07 / 2016, às 09h30min**, na Sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Administração SEMAD, com endereço à Rua Santo Antônio, 665, 4º andar, sala 405 Cidade Alta Natal/RN, CEP: 59.025-520 Fone: 3232-4985, e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br.
- 2.2 Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subseqüente, independentemente de nova comunicação.

3 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO:

3.1 A entrega ao Pregoeiro/equipe de apoio, dos documentos de credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação poderá ser antecipada, preferentemente com uns 15 (quinze) minutos antes da hora estabelecida no item 2.1 deste edital, quando logo após, será iniciada a fase de credenciamento das licitantes.

4- DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

- 4.1 Por ocasião da entrega dos envelopes, contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, os representantes das interessadas em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, conforme modelo do Anexo VII do Edital.
- 4.2 Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
 - a) Documento oficial de identidade:
 - b) Procuração por instrumento público ou particular, neste último caso acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.), que comprove a capacidade de representação, inclusive com outorga de



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

poderes para, na forma da lei, formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante.

- a) Declaração, no caso das microempresas e empresas de pequeno porte de que atendem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, (com inclusões e alterações introduzidas pelas Leis Complementares nºs 128/2008, 139/2011, 147/2014), para que possam fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei, conforme modelo Anexo VIII do edital.
- b) Declaração dando ciência que cumprem plenamente os requisitos de habilitação exigidos por este instrumento convocatório, conforme modelo do Anexo VII.
- 4.3.1 Caso o representante seja sócio da sociedade com poderes de representação ou titular de firma individual, documentos (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de sua eleição, etc.) nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.3.2 Caso seja representante de cooperativa, também deverá ser apresentada cópia da ata/assembléia de posse dos dirigentes.
- 4.3.3 Estes documentos (originais ou cópias) ficarão em poder do Pregoeiro e integrarão o processo. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas, à vista do original, por tabelião, ou pelo Pregoeiro, ou por servidor integrante da Equipe de Apoio do Órgão executor da licitação.
- 4.4 A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento do pretenso representante impossibilitará o oferecimento de lances verbais pela licitante durante a sessão do pregão.
- 4.5 O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.
- 4.6 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.
- 4.7 Para a efetivação de lances verbais é obrigatória a presença dos representantes credenciados no ato de abertura da licitação.

5 - DOS ANEXOS DO EDITAL:

5.1 - Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

ANEXO II - MINUTA DA ATA DO REGISTRO DE PRECOS:

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO;

ANEXO IV - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.

ANEXO V - MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

ANEXO VI - MODELO DA DECLARAÇÃO REFERENTE AO TRABALHO DE MENOR;

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ANEXO VIII - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP

6 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

- 6.1 Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolando o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para realização do Pregão, no endereço discriminado no item 2.1 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição em até vinte e quatro horas.
- 6.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.
- 6.3 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 6.4 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

7 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.



Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- 7.2 A apresentação de propostas para participar desta licitação implica na aceitação plena e irrevogável pelos Interessados, das condições constantes neste Edital e em seus Anexos.
- 7.3 Não poderão participar da presente licitação:
 - a) os interessados que não atenderem a todas as condições e exigências estabelecidas para este certame, ou não apresentarem os documentos nela exigidos;
 - b) os interessados que se encontrarem em processo de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a administração pública municipal, nos termos do art. 87, Incisos III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
 - c) interessados que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio.
 - d) Servidor de qualquer órgão ou entidade pública;
 - e) Uma licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pelo Pregoeiro;
 - f) Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
 - g) Nenhuma empresa ou instituição vinculada aos CONTRATANTES, será elegível para participar deste processo licitatório.

8 - DO REGISTRO DE PREÇOS:

- 8.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de bens, para contratações futuras da Administração Pública.
- 8.2 A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas (ANEXO II).
- 8.3 <u>Órgão Gerenciador</u> será a Secretaria Municipal de Administração SEMAD, de acordo com o decreto n.º 11.005 de 29/04/2016, responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como, pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.
- 8.4 Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que participa do procedimento licitatório para Registro de Preços, bem como integrante da futura Ata de Registro de Preços.
- 8.5 O presente Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da data de sua publicação. Não podendo ser prorrogado.
- 8.6 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento/prestação em igualdade de condições.
- 8.7 A Ata de <u>Registro de Preços</u>, durante sua vigência, <u>poderá ser utilizado por qualquer órgão da Administração Pública</u>, independentemente da condição de órgão participante do presente certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, até o limite de 100% (cem por cento) do quantitativo inicialmente previsto, desde que devidamente comprovada à vantagem e o cumprimento das exigências da legislação vigente.
- 8.8 Homologado o resultado da licitação à Secretaria Municipal de Administração SEMAD, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares para assinatura da Ata de Registro de Preços-ARP, no <u>prazo de 05 (cinco) dias úteis</u>, contados do recebimento da convocação, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento/prestação nas condições estabelecidas observados os requisitos de publicidade e economicidade.



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- 8.9 A contratação junto ao fornecedor registrado, após informação emitida pela Comissão de Licitação / SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SEMAD será formalizada, por intermédio de instrumento contratual, ou outro similar.
- 8.10 A Ata de Registro de Preços ARP poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, e alterações posteriores, combinado com o disposto no Decreto Municipal n.º 11.005 de 29/04/2016.

9 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1 - As licitantes deverão apresentar na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, dois envelopes devidamente lacrados, contendo no ENVELOPE Nº 01, a sua PROPOSTA DE PREÇOS e no ENVELOPE Nº 02, a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, sendo que, ambos os envelopes deverão conter, na parte externa, além da sua RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO e TELEFONE, as sequintes informações:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTAS DE PREÇOS

AO PREGOEIRO:

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

PREGÃO PRESENCIAL Nº

DATA: 00/00/2016 - 00:00 HORAS.

NOME COMPLETO DA LICITANTE

CNPJ:

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

AO PREGOEIRO:

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

PREGÃO PRESENCIAL Nº

DATA: 00/000/2016 – 00:00 HORAS. NOME COMPLETO DA LICITANTE

CNPJ:

9.2 - Junto com a entrega dos envelopes, as empresas licitantes deverão entregar, também, um documento individualizado (não colocar dentro do envelope), qual seja, uma declaração dando ciência que cumprem plenamente os requisitos de habilitação exigidos por este instrumento convocatório, conforme modelo do Anexo VII.

10- DA PROPOSTA DE PREÇOS:

- 10.1 A PROPOSTA DE PREÇOS deverá estar contida no **ENVELOPE N.º 01,** ser elaborada visando atender as normas deste Edital, estar datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 2 (duas) vias, em papel timbrado da proponente licitante, redigida em linguagem clara, no idioma oficial do Brasil, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada pelo representante legal da empresa na última folha e rubricada nas demais, e conter o seguinte:
 - a) Especificação clara e sucinta do objeto oferecido, de acordo com Anexo I, deste Edital,
 - Cotação dos preços unitários item a item e o total global, também por extenso, em moeda corrente nacional (REAL), sendo admitidas apenas duas casas decimais após a vírgula, devendo a cotação total estar expressa em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo, na ocorrência de discrepância quanto ao valor, a informação prestada por extenso;
 - c) Declaração expressa de que nos preços ofertados encontram-se incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos;
 - d) Declaração de validade da proposta por prazo não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da apresentação, excluídos os prazos de recursos administrativos;
 - e) Declaração em papel timbrado com CNPJ da pessoa jurídica, indicando o nome, qualificação, endereço e CPF do seu representante legal que assinará o contrato;
 - f) Indicar nome do estabelecimento bancário, localidade e número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o pagamento.
- 10.2 A proponente licitante, após haver entregue a sua proposta, poderá retirá-la mediante requerimento escrito ou verbal ao Pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo citado agente.



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

10.3 - A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização da entrega do material será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

11 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

11.1 – Os documentos de habilitação das proponentes deverão estar contidos no **ENVELOPE N.º 02**, relacionados da seguinte forma:

11.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Atos constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, devidamente registrado na forma da lei;
- b) No caso de sociedade por ações e sociedades comerciais, os documentos deverão ser apresentados acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual, perante a Junta Comercial, da sede ou domicílio da Licitante:
- d) No caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; e
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Parágrafo Único: É facultado à licitante deixar de apresentar os documentos de que tratam as alíneas "a" à "d", se optar pela juntada do Certificado de Registro Cadastral expedido por esta Secretaria, conforme dispõe o artigo 32, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.1.2 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

As empresas, cadastradas ou não no SICAF, para todos os itens, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter executado serviços compatíveis e pertinentes com o objeto da Licitação, de acordo com a legislação vigente.
- b) Licença para Uso da Identificação da Certificação, Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção em Extintores de Incêndio, em conformidade à NBR 12963, ou Declaração de Conformidade do Fornecedor, expedida conforme Portaria nº 158, de 27 de Junho de 2006, do INMETRO

11.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.1.4 - REGULARIDADE FISCAL:

- a) Certificado de Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), expedido pela Receita Federal:
- b) Certidão Negativa de Débito CND, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social INSS;
- c) Certificado de Regularidade de Situação CRS, relativo ao FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, criada pela Lei 12.440, de 07.07.2011;
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União:
- f) Para as empresas sediadas no Estado do Rio Grande do Norte:
- I Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria de Tributação do Estado do Rio Grande do Norte; e
- II Certidão Negativa da Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, para as empresas inscritas no Rio Grande do Norte;
- g) Para as empresas sediadas nos demais Estados, Certidão Negativa de Débitos emitida pela Secretaria de Tributação da sede da LICITANTE, ou outro documento que o substitua;
- h) Certidão Negativa de Tributos do Município, da sede da LICITANTE.



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

 i) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, da sede da licitante pertinente ao seu ramo de atividade;

Parágrafo Único: As certidões mencionadas nas alíneas "a" a "h" poderão ser apresentadas através de certidões obtidas pela internet, ou da forma usual, emitida diretamente pelas mencionadas repartições.

11.1.5 - REGULARIDADE AMBIENTAL:

a) Para as empresas sediadas em Natal, Certidão Negativa de Débito Ambiental – CNDA, fornecido pela secretaria Especial de Meio Ambiente e urbanismo – SEMURB, para as empresas sediadas em Natal (lei Promulgada nº.120/95)

11.1.6 - OUTRAS DECLARAÇÕES

- a) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, em atendimento ao disposto no inciso XXXII, art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo VI;
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de participação no presente Pregão, conforme modelo do Anexo V;
- 11.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, podendo ser conferidos pelo Pregoeiro ou pela sua equipe de apoio, desde que acompanhados dos originais.
- 11.3 As microempresas e empresas de pequeno porte definidas, respectivamente, nos incisos I e II, do Art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, (com inclusões e alterações introduzidas pelas Leis Complementares nºs 128/2008, 139/2011, 147/2014), interessadas em participar desta licitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Artigo 43, da Lei Complementar 123/2006) (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014).
- 11.4 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa (§ 1º, Art. 43, Lei Complementar 123/2006) (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014).
- 11.5 As microempresas e empresas de pequeno porte que não regularizarem a documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação (§ 2°, Art. 43, Lei Complementar 123/2006).

<u>Parágrafo Único</u>: As microempresas e empresas de pequeno porte definidas, respectivamente, nos Incisos I e II do Art. 3º, da Lei Complementar 123/2006, (alterados pela Lei Complementar nº 139/2011), interessadas em participar desta licitação, ficam dispensadas de apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social, nos termos da legislação vigente.

12 - RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

12.1 - No dia, hora e local designados no sub item 2.1 deste Edital, na presença dos representantes de todas as licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, que dirigirá a sessão, após a abertura da mesma, receberá, em envelopes devidamente fechados, conforme condições do sub item 3.1, contendo a Proposta de Preços e os documentos de Habilitação, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registradas em ata os nomes das licitantes.

Parágrafo Único: Os interessados ou seus representantes, deverão apresentar declaração, conforme sugere o modelo do ANEXO VII do Edital, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, na forma do inciso VII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002, a qual deverá acompanhar a documentação de credenciamento.



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- 12.2 Após o recebimento de todos os envelopes das licitantes presentes no local da sessão, o Pregoeiro, anunciará o encerramento da fase de recebimento dos envelopes e dará início ao credenciamento. A seguir será realizada a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços.
- 12.3 Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as propostas de preços, sendo as mesmas conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
- 12.4 Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

13 - DO JULGAMENTO:

- 13.1 Divisão por etapas para ordenamento dos trabalhos;
- 13.2 Para efeito de ordenamento dos trabalhos, o julgamento será dividido em duas etapas e obedecerá aos critérios definidos nos itens seguintes deste Edital:
- I. a etapa de classificação de preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais das licitantes proclamadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;
- II. a etapa de habilitação, declaração da licitante vencedora e adjudicação, que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "documentos de habilitação" da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital. Esta etapa compreenderá também a declaração da licitante vencedora do certame e a adjudicação.

13.3 - ETAPA DE CLASSIFICAÇÃO DE PREÇOS:

- 13.3.1 Serão abertos os envelopes "proposta de preços" de todas as licitantes.
- 13.3.2 O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados, desde que as respectivas propostas estejam de conformidade com as especificações solicitadas. Caso seja necessário, a sessão será interrompida para análise, pela equipe de apoio, dos aspectos técnicos do objeto cotado.
- 13.3.3 O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.
- 13.3.4 O Pregoeiro classificará a licitante da proposta de menor preço global e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.
- 13.3.5 Quando não houver, pelo menos, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, perfazendo o total de 03 (três) propostas classificadas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- 13.3.6 Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes e sempre inferiores ao menor lance.
- 13.3.7 O Pregoeiro convidará os representantes das licitantes classificadas, a apresentar os lances verbais, individualmente, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo seqüencialmente, em ordem decrescente de valor.
- 13.3.8 Caso não mais se realize lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço global.
- 13.3.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.
- 13.3.10 Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 13.3.11 Caso não se realize nenhum lance verbal e haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, será realizado sorteio para desempate, em ato público na própria sessão.
- 13.3.12 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.



Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- 13.3.13 Não sendo aceitável o preço da primeira colocada, ao Pregoeiro é facultado abrir negociações bilaterais com a empresa classificada em primeiro lugar objetivando uma proposta que se configure de interesse da Administração.
- 13.3.14 Sendo aceitável a proposta da primeira licitante classificada e a mesma não se enquadrando como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro, em cumprimento aos artigos 44 e 45, da Lei Complementar 123, e a Lei Municipal n^2 6.025, de 28/12/2009 do Poder Executivo Municipal, observará as seguintes condições a seguir:
 - Nesta licitação, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;
 - II. Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
 - III. Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada primeira classificada na fase de lances, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado:
 - IV. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo de 5% (cinco por cento), superiores a proposta mais bem classificada, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
 - V. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nas condições do Inciso II, será convocada para apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, para o desempate, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão;
 - VI. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do Inciso anterior serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do Inciso II na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - VII. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no disposto do Inciso acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 13.3.15 O disposto no sub item 13.3.14 somente se aplicará, quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 13.3.16 As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, acrescentarão à sua forma ou denominação as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte", ou suas respectivas abreviações "ME" ou "EPP", conforme o caso, sendo facultativa a inclusão do objeto da sociedade (art. 72, da Lei 123/2006).
- 13.3.17 Definida a classificação final das propostas, em ordem crescente de preços, e sendo aceitável a oferta da licitante primeira classificada, será verificada suas condições habilitatórias.

13.4 - ETAPA DE HABILITAÇÃO, DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA E ADJUDICAÇÃO:

- 13.4.1 Efetuados os procedimentos previstos no sub item 13.3 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "documentos de habilitação" desta licitante.
- 13.4.2 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.
- 13.4.3 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora. Caso não haja interposição de recurso, o Pregoeiro, então, adjudicar-lhe-á o objeto do certame.
- 13.4.4 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, dentre aquelas classificadas para lances verbais, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pelo Pregoeiro.



Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- 13.4.5 Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará as licitantes credenciadas, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.
- 13.4.6 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras, permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja assinado o contrato pela vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.
- 13.4.7 Ao final da sessão, inexistindo a interposição de recursos, será realizada pelo Pregoeiro a adjudicação do objeto licitado à licitante declarada vencedora do certame.
- 13.5 Declarado o vencedor e em decorrência do seu novo preço, a licitante vencedora fica obrigada a adequar o novo preço global aos preços unitários, apresentando no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, uma nova proposta escrita com o novo valor global distribuídos nos preços unitários, mantendo as mesmas condições exigidas no Edital, sob pena de desclassificação da proposta e, submeter-se as sanções previstas no art. 7º, da Lei 10.520, de 17/07/2002.
- 13.6 Outras decisões envolvendo principalmente negociações serão tomadas a partir de reuniões entre Pregoeiro, Equipe de Apoio e Licitante, as quais serão objeto de registro em ata.
- 13.7 Não será considerada qualquer oferta de vantagem, não prevista no objeto deste Edital.

14 - DOS RECURSOS:

- 14.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando a(s) demais licitante(s) desde logo, intimada(s) para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.
- 14.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e consegüente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 14.3 Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro, não terá efeito suspensivo.
- 14.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.5 Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação a licitante vencedora e a homologação do processo licitatório
- 14.6 Os procedimentos para interposição de recurso, deverão ser escritos e entregues em duas vias, originais, e protocolizadas no Protocolo da SEMAD, sito a Rua Santo Antonio, 665, Cidade Alta, CEP: 59065-520, Natal/RN, no horário das 08h00min às 18h00mins de segunda a sexta feira, e as informações pelo fone (84) 3232-4985.

15 - DA HOMOLOGAÇÃO:

15.1 - Concluído os trabalhos e não havendo a interposição de recursos, o Pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído e adjudicado, à apreciação da Excelentíssima Senhora Secretária da SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINSITRAÇÃO - SEMAD, para expedição e publicação do ato homologatório.

16 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 16.1 Homologado o processo licitatório, a(s) licitante(s) vencedora(s) será (ao) convocada(s) para <u>assinar a</u> <u>Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis,</u> a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, conforme estatui o parágrafo primeiro do art. 64 da Lei n° 8.666/93, em sua atual redação, sob pena de sujeitar-se às sanções legais previstas neste edital
- 16.2 A Ata de Registro de Preços resultante desta licitação terá validade de 01 (um) ano, com entrega parcelada, a partir de sua assinatura,
- 16.3 Na assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Precos.



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- 16.4 No ato da assinatura será informado, também, o preço unitário que constará da Ata, para que o fornecedor tome ciência do compromisso assumido.
- 16.5 Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas de preços, do presente certame licitatório, sem que haja convocação para assinatura da ARP, fica(m) a(s) licitante(s) liberada(s) dos compromissos assumidos.
- 16.6 Para fins de pagamento da nota fiscal/fatura, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, inclusive apresentando as certidões de regularidade para com a seguridade social (INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e certidão de débitos trabalhistas;
- 16.6.1 Caso a licitante tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração.
- 16.7 Publicada no Diário Oficial do Município a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento/prestação nas condições estabelecidas, conforme disposto no Decreto Municipal nº 7622, de 20/05/2005.
- 16.8 O Edital, a proposta da licitante e a Ata de Registro de Preços, passam a integrar o contrato, ordem de compra ou instrumento equivalente para todos os efeitos legais.
- 16.9 A empresa detentora da ata de registro de preços objeto desta licitação obriga-se a, no prazo de 05 (cinco) dias, responder ao órgão gerenciador, se atende ou não ao pedido de "carona", quando ocorrer;

17 - DAS CONTRATAÇÕES:

- 17.1 As empresas vencedoras incluídas na Ata de Registro de Preços, quando solicitadas, estarão obrigadas a assinar o contrato, ou instrumento equivalente, que poderá advir, expedidas nos termos do mesmo, nas condições estabelecidas neste Edital, nos seus Anexos e na própria Ata.
- 17.2 A existência de preços registrados não obriga as Secretarias Municipais de Natal, a firmarem as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação que rege as licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de contratação em igualdade de condições.
- 17.3 Para instrução do processo e formalização do contrato, ou instrumento equivalente, as empresas vencedoras deverão encaminhar ao órgão beneficiário, através da USAG. Unidade Setorial de Administração Geral, indicada, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data da convocação, certidões de regularidade para com a Previdência e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (INSS e FGTS), certidões negativas de débito com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e Certidão de Débitos Trabalhistas da sede do beneficiário do registro, sob pena da contratação não se concretizar.
- 17.4 Nenhuma contratação será formalizada sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos decorrentes, no exercício financeiro em que tenha sido celebrada.
- 17.5 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme determina o Art. 7º, da Lei 10.520, de 17/07/2002.
- 17.6 É facultado à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SEMAD, quando a convocada não assinar o termo de contrato, não retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convidar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas de cada classificado, inclusive quanto aos preços, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

18 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

- 18.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:
- I Por iniciativa da Administração, quando:
 - Não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- b) Recusar-se a assinar o contrato nos prazos estabelecidos, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- c) Der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP:
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;
- e) Não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;
- f) Não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação.
- g) Em razões de interesse público, devidamente justificado.
- II Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pela SEMAD, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Exmº Sr. Secretário Municipal de Administração

19 - DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

- 19.1 Constituem motivo para rescisão do contrato:
 - a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
 - c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
 - d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
 - e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
 - f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato:
 - g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para

Acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 10 do art. 67desta Lei;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 10 do art. 65 desta Lei;
- n) A suspensão de sua execução por ordem escrita da administração, por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade publica, grave perturbação, da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- O atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade publica, grave perturbação, da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato:
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

- 19.2 O contrato poderá ser alterado, mediante a celebração de termos aditivos, e rescindido unilateralmente pela Administração na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos art. 77 a 80, Lei nº. 8.666/93, em sua redação atual, ou, de comum acordo entre as partes, mediante aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 19.3 A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, obedecido às situações previstas nos incisos I a XVIII, do artigo 78, da Lei 8.666/93 em sua atual redação e especialmente quando a empresa adjudicatária:
- a) Atrasar injustificadamente a entrega do objeto licitado, além de trinta dias corridos após o prazo preestabelecido pela CONTRATANTE;
- b) Falir ou dissolver-se; e
- c) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem a expressa anuência da Secretaria de origem.
- 19.4 Por acordo entre as Partes, amigavelmente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.
- 19.5 Está prevista a rescisão, ainda para os casos:
- 19.6 supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido à data da supressão;
- 19.7 suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 90 (noventa) dias corridos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente, do pagamento obrigatório de indenizações sucessivas e contratualmente imprevistas, desmobilizações e imobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seia normalizada a situação:
- 19.8 atraso superior a 90 (noventa) dias corridos dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 19.9 descumprimento do disposto no Inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u>: Quando a rescisão ocorrer com base nos subitens 21.7 e 21.8, desta Cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

20 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

20.1 - O pagamento será efetuado, pela CONTRATANTE no prazo de até 30 dias após a prestação de serviços, com apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Setorial de Administração e Finanças da instituição solicitante.



Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- 20.1.1 Para execução do pagamento de que trata o item 20.1, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Órgão beneficiado com o devido n.º do CNPJ, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.
- 20.2 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Órgão beneficiado.
- 20.3 Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal dos encargos sociais e previdenciários, quais sejam: INSS, FGTS, Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e de débitos trabalhistas.
- 20.4 À CONTRATANTE, reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos forem entregues em desacordo com as especificações constantes do Edital deste Pregão.
- 20.5 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 20.6 Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.
- 20.7 <u>Havendo atraso nos pagamentos</u>, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa referencial TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados *pro rata tempore*, mediante aplicação da seguinte formula:

EM = [(1+TR/100) - 1] N/30XVP, onde,

TR = Percentual atribuído à taxa referencial-TR;

EM = Encargos Moratórios

VP = valor da parcela a ser pago

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

21 - DA REVISÃO DE PREÇOS:

- 21.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, podendo sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, em sua atual redação.
- 21.2 Havendo a hipótese previsto no subitem anterior, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo a SEMAD promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.
- 21.3 Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do Inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 21.4 Comprovada a redução de preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o proponente registrado será convocado pela Comissão Permanente de Licitação- SEMAD para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

22 - DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO:

- 22.1 A aceitação do objeto dessa licitação somente será efetivada após ter sido o mesmo considerado satisfatório, ficando a empresa fornecedora obrigada a substiuí-lo sempre que ocorrer falha, em tempo hábil.
- 22.2 Caso os serviços/materiais não esteja(m) de acordo com as especificações solicitadas, o(s) mesmo(s) será(ao) recusado(s), cabendo à CONTRATADA substituí-lo(s) no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por outro(s) que atenda(m) ao solicitado, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

23 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

23.1 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos licitantes remanescentes de que trata o subitem 17.6, do Edital.



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- 23.2 Atrasar injustificadamente a entrega dos objetos licitados após o prazo preestabelecido neste Edital, sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:
 - a) 0.3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias; e
 - b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato.
- 23.3 As multas a que se refere o item acima incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 23.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração, poderá aplicar as seguintes sanções:
 - Advertência;
 - II. Multa por atraso a cada 30 dias após o prazo previsto na alínea "b", do subitem 23.2, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a cinco (5) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO: a aplicação da sanção prevista na alínea "b", não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "a", "c" e "d", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente prevista, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de dez (10) dias úteis.

23.5 - A aplicação das penalidades previstas neste item é de competência exclusiva da Titular da Pasta.

24 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 24.1 Secretaria Municipal de Administração SEMAD, na defesa do interesse público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se o direito de anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.
- 24.2 As licitantes que apresentarem questionamentos quer sob a forma de impugnação, quer em caráter de recurso, para obter o retardamento do certame licitatório, aplicar-se-ão as penalidades previstas na legislação vigente.
- 24.3 A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas, implicará na imediata desclassificação do concorrente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido formalizado o Instrumento contratual, a sua rescisão, sem prejuízo das demais sancões cabíveis.
- 24.4 Ao Pregoeiro reserva-se ao direito de efetuar diligências junto às licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, podendo solicitar quaisquer esclarecimentos que julgar necessários, vedada à inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.
- 24.5 Todas as condições deste Edital, assim como os compromissos assumidos pela proponente vencedora, em sua proposta farão parte do contrato, independentemente de transcrição.
- 24.6 Na contagem dos prazos deste Edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento.
- 24.7 Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pelo Pregoeiro, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.
- 24.8 Face ao disposto no § 1º, do art. 65, da Lei n.º 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, a quantidade de que trata este contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões de até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial do contrato, com a devida atualização



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- 24.8 O processo permanecerá com vista franqueada aos interessados na sede da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL SEMAD no endereço a Rua Santo Antonio, 665, Cidade Alta, 4º andar sala 405 CEP: 59065-520, Natal/RN e as informações pelos fones 3232-4985, no horário das 08h00min às 16h00mins de segunda a sexta feira.
- 24.9 Os pedidos de esclarecimentos ou quaisquer outras informações suplementares com relação a eventuais dúvidas de interpretação referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico via internet, no endereço pregao.semad@natal.rn.gov.br, ou, através de documento, que deverá ser entregue no Protocolo da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SEMAD, o qual será protocolado por este setor.
- 24.10 As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.
- 24.11 Endereço para envio das documentações: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SEMAD, com sede na Rua Santo Antonio 665 4º andar sala 401 Cidade Alta- Natal/RN

Natal (RN), 22 de Junho de 2016.

Luciano Silva do Nasciemento
Pregoeiro(a)/SEMAD



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br

ANEXO I





TERMO DE REFERÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE COMBATE À INCÊNDIO

1 - OBJETO

1.1-O presente TR - Termo de Referência tem como objeto embasar as regras, especificações e quantidades para a contratação de pessoa jurídica especializada na: prestação de serviços de recarga, manutenção e instalação de equipamentos de combate a incêndios, a serem executados em diversos ambientes dos órgãos que compõem a Prefeitura Municipal de Natal, de acordo com as especificações, quantidades e exigências contidas neste Termo de Referência, na modalidade Registro de Preços, pelo prazo de 01 (um) ano.

2 - FINALIDADE

2.1 - Garantir a integridade física dos usuários do serviço público, servidores, e demais pessoas (público flutuante), assim como do patrimônio público, evitando os danos advindos de incêndio.

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 - Manter os extintores de incêndio dos diversos órgãos que compõem a Prefeitura Municipal de Natal, em condições de utilização, em cumprimento às normas de segurança e proteção.

4 - LEGISLAÇÃO ESPECIAL APLICÁVEL

4.1 - CERTIFICAÇÃO

4.1.1 - A empresa vencedora da licitação deverá estar em conformidade com as Portarias 158, de 27 de junho de 2006, e 173, de 12 de julho de 2006, do INMETRO, realizando a manutenção dos extintores de acordo com as normas abaixo, complementares ao Regulamento Técnico da Qualidade (RTQ), aprovado pela citada Portaria 173:



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br



ris 286

NBR 11715 - Extintores de incêndio do tipo carga d' água - Especificação;

NBR 11716 - Extintores de incêndio com carga de gás carbônico - Especificação;

NBR 10721 - Extintores de incêndio com carga de pó químico - Especificação;

NBR 12962 - Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio;

NBR 9695 - Pó para extinção de incêndio - Especificação;

NBR 9654 - Indicador de pressão para extintores de incêndio - Especificação;

NBR 12274 - Inspeção em cilindros de aço sem costura para gases - Procedimento.

NBR 12693 - Sistemas de proteção por extintores de incêndio

4.1.2 - A prestação de serviços de recarga, manutenção e instalação de extintores de incêndios, deverão atender ao especificado nas normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em especial a NBR 12962, 13485, 14105, 11715, 11716, 10721, 9654 e 9695, nas Portarias do INMETRO/MDIC em especial a n°158/06 e n°173/06, bem como demais legislações em vigor, ou que venham a ser editadas no transcorrer da vigência do contrato.

5 - ESPECIFICAÇÃO/DETALHAMENTO TÉCNICO

5.1 - SERVIÇOS:

5.1.1 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO - RECARGA EM EXTINTORES DE INCÊNDIO:

5.1.2 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO - RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO EM EXTINTORES DE INCÊNDIO;

6 - DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO ESTIMADO DOS SERVIÇOS

6.1 - SERVIÇOS:

6.1.1 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO - RECARGA EM EXTINTORES DE INCÊNDIO:

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD Rua Santo Antônio, 665, Cidade Alta - Natal/RN - CEP 59025-520 http://www.natal.rn.gov.br/semad/ S



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br



NOSSA CIDADE

OBS.: QUANTIDADE ESTIMADA DE EXTINTORES PARA RECARGA:

TIPO	CAPACIDADE	QTDE.	
	02 KG	20	
	04 KG	600	
PQS	06 KG	50	
	08 KG	25	
	12 KG	50	
CO2	02 KG	20	
	04 KG	20	
	06 KG	275	
AP	10 L.	700	

LEGENDA: PQS = Pó Químico Seco

CO2 = Gás Carbônico AP = Água Pressurizada

6.1.2 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO - RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO EM EXTINTORES DE INCÊNDIO;

OBS.: QUANTIDADE ESTIMADA DE EXTINTORES PARA RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO:

TIPO	CAPACIDADE	QTDE.
	02 KG	20
	04 KG	600
PQS	04 KG 06 KG 08 KG 12 KG	50
	08 KG	25
	12 KG	50
	02 KG	20
CO2	04 KG 06 KG 08 KG 12 KG 02 KG 04 KG 06 KG	20
	06 KG	275
AP	10 L.	700





Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br



LEGENDA:

PQS = Pó Químico Seco CO2 = Gás Carbônico AP = Água Pressurizada

LEGENDA: PQS = Pó Químico Seco

6.2 - O Contratante não se obriga a executar os serviços na quantidade registrada, podendo solicitar o fornecimento de itens individualmente e em percentuais menores, conforme necessidade demandada;

7 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1.1 Os serviços de manutenção (RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO) serão prestados nas instalações da contratada no prazo de até 15 (quinze) dias úteis e correrão por sua conta todos os custos necessários ao transporte dos extintores para o local onde serão executados os serviços de manutenção, bem como a respectiva devolução dos mesmos aos seus locais de origem, devendo atender a todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Natal, conforme relação anexa ao presente Termo de Referência.
- 7.1.2 A contratada não poderá, em hipótese nenhuma, iniciar os serviços contratados sem prévia emissão, pela contratante, da correspondente Ordem de Serviço.
- 7.1.3 Salvo disposições em contrário constantes do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- 7.1.4 A entrega do objeto pela empresa e seu recebimento pelo respectivo órgão solicitante não implicam em sua aceitação definitiva, que será caracterizada pela atestação da nota fiscal/fatura correspondente.

7.1.5



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br



289

8 - LOCAIS DE RETIRADA E DEVOLUÇÃO

8.1 - Os extintores submetidos à manutenção deverão ser retirados e devolvidos nos respectivos endereços de localização constantes na relação anexa ao presente Termo de Referência.

9 - DO CUSTO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

- 9.1 O custo estimado da contratação, o valor máximo estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos itens, pode ser definido da seguinte forma:
- **9.1.2** Por meio de fundamentada pesquisa de preços praticados no mercado em contratações similares;
- 9.1.3 Por meio de adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes se for o caso. Neste caso, os custos deverão ser levantados em pesquisa média de preços, que será considerada como referencial de valor máximo a ser pago na aquisição dos produtos.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 Executar o objeto da contratação, de acordo com o Edital e seus anexos, responsabilizando-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, nos termos das normas e especificações técnicas e legislação vigente;
- 10.2 A contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha causar a terceiros e/ou aos órgãos participantes do presente certame licitatório, decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação, depois da devida apuração, reparando às suas custas os danos identificados, durante a execução dos serviços contratados;
- 10.2.1 na hipótese acima mencionada o valor necessário à reparação dos danos poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos, deduzidos da garantia contratual, porventura existente, ou cobrado judicialmente;



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br





- 10.3 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender;
- 10.4 Executar os serviços com observância das normas técnicas e regulamentação aplicável ao caso, com esmero e correção, refazendo tudo quanto for impugnado pela fiscalização, se necessário;
- 10.5 Elaborar Relatórios ressaltando os serviços realizados na medida em que forem executados, (manutenção, recarga, teste hidrostático, entre outros) em cada extintor de incêndio; a fim de que sejam atestados pela fiscalização do contrato, informando também nestes, possíveis irregularidades, tais como: falta de sinalização, localização fora das normas de segurança, quantitativo insuficiente de unidades extintoras dentre outras encontradas.
- 10.6 Identificar os profissionais que executarão os serviços nas dependências dos órgãos participantes e demandantes dos serviços;
- 10.7 Disponibilizar junto aos Contratantes, data para que sejam realizados em sua empresa os testes de eficiência;
- 10.8 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação, provenientes da realização dos serviços de troca de dispositivos, recarga, teste hidrostático, transporte dos extintores e outras, sem custo adicional para a Contratante;
- 10.9 Fornecer toda a mão de obra especializada e devidamente qualificada de acordo com a legislação em vigor, necessária e indispensável à completa e perfeita execução dos serviços;
- 10.10 Os serviços rejeitados pela fiscalização devido ao uso de materiais que não sejam especificados e/ou considerados como mal executados, deverão ser refeitos, arcando a contratada com ônus decorrente do fato;





Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br





- 10.11 Substituir, reparar ou corrigir, em até 10 (dez) dias úteis, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem defeitos de fabricação, de materiais empregados ou na execução, ainda que só detectados quando da sua utilização.
- 10.12 Fornecer termo de validade do pó químico utilizado nos extintores de PQS e Termo Geral de Conformidade de todos.
- 10.13 Entregar, após a manutenção, os extintores nas suas respectivas localizações, exceto quando outra determinação for informada pelo Gestor do contrato.
- 10.14 Apresentar, quando da realização do certame, certificação habilitando-a a prestar o respectivo serviço, emitida por organismo certificador. A cópia desse certificado deverá acompanhar a nota fiscal.
- 10.15 Executar a manutenção dos extintores conforme solicitação do Gestor do futuro Contrato, que controlará a validade dos mesmos, acionando a empresa antes do vencimento.
- 10.16 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da contratação;
- 10.17 Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pelo Gestor de contrato, que serão formuladas por escrito, em duas vias contra recibo ou por meio de endereço eletrônico a ser informado pela empresa;
- 10.18 Facilitar o pleno exercício das funções do gestor de contrato, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Contratante, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais;



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br





- 10.19 Não transferir a terceiros o contrato a ser firmado, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, como também, não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento, por escrito;
- 10.20 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.
- 10.21 Apresentar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos itens objeto da contratação à USAG ou setor correspondente do órgão que compõe a presente Ata de Registro de Preços.

11 - DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

11.1 - A empresa contratada deverá apresentar Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove, ter executado ou estar executando serviços compatíveis e pertinentes com o objeto do contrato, de acordo com a legislação em vigor;

11.1.1 Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, sendo:

- a Licença para o Uso da Identificação da Certificação, Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção em Extintores de Incêndio, em conformidade à NBR 12962, ou Declaração de Conformidade do Fornecedor, expedida conforme Portaria n.º 158, de 27 de junho de 2006, do INMETRO;
- b A empresa contratada deverá apresentar Certificado de Credenciamento obtido junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte, comprovando habilitação para os serviços objeto deste contrato;
- c A empresa contratada deverá apresentar o Certificado de Conformidade de Produto/Serviço, junto ao INMETRO de acordo com a NBR 12962;



pregao.semad@natal.rn.gov.br





12 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 12.1 Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos bens, objeto da contratação;
- 12.2 Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada da Ata de Registro de Preços;
- 12.3 Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços a ser firmada;
- 12.4 Comunicar imediatamente à empresa registrada quaisquer irregularidades na execução dos serviços do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação.

13 - DO CONTRATO

13.1 - Após a contratação e homologação dos serviços objeto deste Termo de Referência, será feita a emissão da nota de empenho.

13.2 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 13.2.1 O prazo de vigência do contrato será de até 31 de Dezembro de 2016, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.
 - a) Referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir-se o primeiro e incluir o último.

14 - DA VISTORIA

14.1 - Fica a critério do licitante realizar vistoria nos locais onde estão os extintores de incêndio para aferir as condições dos equipamentos. Esta vistoria é importante para conhecimento das condições físicas e retirada/reinstalação dos extintores;



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br



FLS 294

15 - GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 15.1 A contratada obriga-se a garantir os serviços objeto deste contrato pelos seguintes prazos:
- 15.1.1- Garantia de no mínimo 01 (um) ano para:
 - a) recargas, agente extintores, pressurização dos extintores e manutenção de segundo nível, a contar da data etiquetada por ocasião da manutenção em cada extintor;
- 15.1.2 Garantia de no mínimo 05 (cinco) anos para:
 - a) cilindros, testes hidrostáticos e manutenção de terceiro nível, a partir do recebimento dos extintores.

16 - DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 16.1 Após homologado o resultado desta licitação, a SEMAD convocará a empresa adjudicatária para a assinatura do instrumento contratual.
- 16.2 A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério da SEMAD, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 16.3 A assinatura do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficará diretamente condicionada como solenidade de tratamento recíproco ao ato formal de assinatura do respectivo contrato, cabendo à empresa, para tanto:
- 16.3.1 Fazer-se representar por profissional devidamente habilitado a examinar comparando a minuta com o instrumento obrigacional definitivo;



Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br





- **16.3.2** Autorizar o seu representante, não havendo divergência entre os documentos cotejados, a firmar em seu nome o referido contrato.
- 16.4 Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 16.5 Ao assinar o instrumento contratual e retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.
- 16.6 É facultado à SEMAD, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda quando a SEMAD rescindir o contrato por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.
- 16.7 A contratada deverá iniciar a execução dos serviços imediatamente, cumprindo o cronograma acordado com a gestão do contrato, sendo o prazo para execução dos serviços de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento dos extintores.

17 - RECEBIMENTO DO OBJETO

- 17.1 O objeto do presente Termo de Referência deverá ser recebido da seguinte forma:
- 17.1.1 Através de atesto pelos respectivos fiscais/gestores do contrato para constatação da conformidade dos serviços prestados com a presente especificação;



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN
Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br





18 - DAS PENALIDADES

- 18.1 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com os órgãos da Administração Pública Municipal, as sanções administrativas aplicadas ao licitante serão as seguintes:
- 18.1.1 Advertência;
- 18.1.2 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- 18.1.3 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- 18.1.4 Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, após decorrido o prazo da sanção, aplicada com base no inciso anterior;
- 18.2 Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado para o fornecedor;
- 18.3 Não havendo mais interesse da Administração Pública Municipal na execução parcial ou total da Ata de Registro de Preços, em razão do descumprimento pelo Fornecedor Registrado de qualquer das condições estabelecidas para a prestação dos serviços objeto deste certame, implicará na aplicação de processo administrativo que poderá culminar na perda do direito de licitar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos;
- **18.4** O descumprimento total ou parcial da obrigação, nos termos do item 18.3 ensejará, além da sanção prevista no item 18.3, as sanções previstas nos subitens 18.1.2 deste Termo de Referência;





Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br





- 18.5 As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelos órgãos da Administração Pública Municipal ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula;
- 18.6 Sempre que não houver prejuízo para a Administração Pública Municipal, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério;
- 18.7 O não atendimento à convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida; ou no caso de não-regularização por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte da documentação prevista no edital, no prazo também previsto no edital, acarretará em multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado para o fornecedor, sem prejuízo de outras cominações legais;
- 18.8.- A licitante vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas em edital e da Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais;
- 18.9 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

19 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br



298

NATAL

- 19.1 O pagamento será efetuado, pela CONTRATANTE até o 30º (trigésimo) dia corrido após cada entrega e recebimento definitivo dos produtos, devendo a nota fiscal/fatura está devidamente atestada pelo setor competente, e mediante comprovação de recolhimento dos encargos sociais e fiscais.
- 19.1.1 Para execução do pagamento de que trata o item 19.1, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Órgão beneficiado com o devido n.º do CNPJ, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.
- 19.2 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Órgão beneficiado.

- 19.3 Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal dos encargos sociais e previdenciários, quais sejam, INSS, FGTS, Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal.
- 19.4 A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos forem entregues em desacordo com as especificações constantes do Edital deste Pregão.
- 19.5 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.





Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br



299

19.6 - Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

19.7 - Havendo atraso nos pagamentos, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa referencial — TR, ou outro indice que venha a substituí-la, calculados pro rata tempore, mediante aplicação da seguinte formula:

EM = [(1+TR/100) - 1] N/30XVP, onde,

TR = Percentual atribuído à taxa referencial-TR;

EM = Encargos Moratórios

VP = valor da parcela a ser pago

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

20 - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DEP REÇOS

20.1 - A fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços se dará por meio da Comissão permanente de licitação (CPL) desta secretaria, que anotará em registro próprio todas as ocorrências determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos.

21 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento da respectiva unidade contratante, que poderá celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no Artigo 62, da Lei 8.666/93, em sua atual redação.

Secretaria Municipal de Administração - SEMAD Rua Santo Antônio, 665, Cidade Alta - Natal/RN - CEP 59025-520 http://www.natal.rn.gov.br/semad/ \$



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br





22 - DA PUBLICAÇÃO

22.1 - A eficácia da Ata de Registro de Preços fica condicionada à publicação de seu extrato pela Administração no Diário Oficial do Município, a ser providenciada pela Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993.

23 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1 A execução dos serviços de manutenção (recarga e teste hidrostático) nos extintores, desde a retirada e a instalação, será feita em etapas, em lotes compatíveis e recomendáveis, a fim de não deixar os setores dos edifícios sem a devida cobertura contra incêndio;
- 23.2 A contratada deverá entrar em contato previamente com os administradores dos prédios alvos das manutenções nos extintores, para marcar o dia e horário para execução dos serviços;
- 23.3 A retirada dos extintores de incêndio deverá ser realizada mediante apresentação de recibo emitido em papel timbrado da empresa, no qual deverá constar: a quantidade total dos extintores retirados, modelos, tipo, números de identificação e locais de instalação, devendo este recibo ser entregue aos administradores dos prédios onde forem retirados os extintores;

Natal, 11 de Abril de 2016.

CUCIANO DE AZEVEDO SILVA Diretor do depertamento de adm. e finanças Mat 71254-0



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br



301

ANEXO I

RELAÇÃO DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS QUE INTEGRARÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 1 SEMAD Rua Santo Antônio, 665, Cidade Alta, CEP 59025-520
- 2 ARSBAN Rua Poti Nóbrega, 344, Lagoa Nova, CEP: 59056-180
- 3 SECOM Rua Ulisses Caldas, 81, Centro, CEP: 59025-090
- 4 FUNCARTE Rua Câmara Cascudo, 434, Cidade Alta, CEP 59025-280
- 5 PGM Rua Mossoró, 350, Petrópolis, CEP: 59020-090
- 6 CGM Rua Santo Antônio, 665, Cidade Alta, CEP 59025-520
- 7-SEMDES Rua Quintino Bocaiuva, 13, Centro, CEP: 59025-370
- 8 SEMTAS Av. Bernardo Vieira, 2180, Dix-Sept Rosado, CEP 59054-000
- 9 SEMOV Av. Presidente Bandeira, 2280, Lagoa Seca, CEP 59031-200
- 10 GAVIPRE Rua Quintino Bocaiuva 13, Cidade Alta Cep 59025-370.
- 11 SEMUT Rua Açu 394 Tirol Cep 59020-110.
- 12 URBANA Av. Dr. Mario Negocio 2389 Quintas Cep 59040-000.



Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br

ANEXO II

Minuta da Ata de Registro de Preços

PROCESSO N°	- SEMAD -SRP					
PROCESSO N° PREGÃO PRESENCIAL N°	/2016					
VALIDADE: 01 (um) ano.						
Pelo presente i	nstrumento, a SECRE	TARIA MUNICIPAL DE ADMINIS	STRAÇÃO - SEMAD,			
inscrita no CNPJ sob o nº	, com s	ede na Rua Santo Antônio, 665	 Cidade Alta, nesta 			
Capital, representada neste ato	pelo seu Secretário,	, Sr	_ brasileiro, casado,			
portador da Cédula de Identidad	le nºd,	considerando o julgamento da I	icitação de PREGÃO			
PRESENCIAL PARA REGISTRO						
classificação das propostas publicada no DOM de//2016, e a respectiva homologação conforme fls.						
, do processo						
estimadas anuais, de acordo com	. , .					
Instrumento Convocatório e nos						
direito público e, em especial os to						
7.652, de 23 de Junho de 2005, q						
Abril de 2016, que regulamenta						
Complementar nº. 123, de 14 de	The state of the s	`	•			
Complementares nos 128/2008,		•	•			
8.802 de 07 de julho 2009 e legis			•			
de 1993, em sua atual redação, b	em como pelas condiç	ões estabelecidas neste edital e s	seus anexos.			

ITEM 01 - DO OBJETO:

1.1 – Registro de preços, pelo prazo de 01 (um) ano, para eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recarga, manutenção e instalação de equipamentos de combate à incêndios, a serem executados em diversos ambientes dos órgãos que compõem a Prefeitura Municipal do Natal, de acordo com as especificações, quantidades e exigências contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

ITEM 02 - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES:

- 2.1 Integra a presente ARP, os ÓRGAOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUICA E FUNDACIONAL e suas Unidades descentralizadas, DA PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, constantes do Termo de Referência.
- SEMAD; ARSBAN; SECOM; FUNCARTE; PGM; CGM; SEMDES; SEMTAS; SEMOV; GAVIPRE; SEMUT;

ITEM 03 – DAS OBRIGAÇÕES DA SEMAD/PMN-ORGÂO GERENCIADOR:

- 3.1 O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO SEMAD, obrigase a:
 - a) Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos produtos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação:
 - b) Convocar as vencedoras via fax, ou email, para assinatura da ARP e do contrato e retirada da nota de empenho:
 - Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- d) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- e) Realizar, quando necessário, prévia reunião com as licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
- f) Consultar os fornecedores registrados (observada à ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do (s) produto (s) /prestação do(s) serviço(s) a outro (s) órgão (aos) da Administração Pública que externe (m) a intenção de utilizar a presente ARP;
- g) Comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;
- h) Coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;
- i) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

ITEM 04 - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

- 4.1 O ÓRGÃO PARTICIPANTE e a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SEMAD, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:
- Tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) Consultar, previamente, a SECRETARIA MUNICIPAL. DE ADMINISTRAÇÃO SEMAD objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;
- c) Verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando a SECRETARIA MUNICIPAL. DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD eventuais desvantagens ou vantagens verificadas:
- d) Encaminhar a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO a respectiva nota de empenho ou documento equivalente
- e) Enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada:
- f) Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando a SECRETARIA MUNICIPAL. DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD, qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

ITEM 05 - DO REMANEJAMENTO ENTRE ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

5.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos totais fixados pela ata de registro de preços, somado os itens de todos os órgãos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art 65 da Lei Federal nº 8.666/93, no entanto, será permitido o remanejamento de quantitativos entre órgãos participantes da ata de registro de preços.

ITEM 06 - DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

- 6.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, no Decreto Municipal 11.005, de 29 de Abril de 2016, relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços.
- 6.1.1 As aquisições ou contratações por órgãos que não tenham participado do certame não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, e ainda, o total de adesões por órgãos não participantes do certame não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços.
- 6.1.2 Caberá ao fornecedor do objeto licitado, beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condição nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do pedido de carona, observados os quantitativos registrados em Ata, desde que este pedido não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

ITEM 07 - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 7.1 O FORNECEDOR obriga-se a:
 - Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação;



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- II. Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do (a) fornecimento/prestação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;
- III. Prestar o(s) serviço(s) solicitado(s) nos prazos estabelecidos no Anexo I do edital de licitação Pregão PRESENCIAL SRP nº /2016- a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SEMAD
- IV. Prestar/Fornecer o(s) serviços/material(ais) conforme especificações, marcas, e preços registrados na presente ARP; responsabilizando-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, nos termos das normas e especificações técnicas e legislação vigente;
- V. Prestar/Fornecer o(s) serviços/material(ais) no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP;
- VI. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD referentes às condições firmadas na presente ARP;
- VII. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- VIII. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
- IX. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
- X. Cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao (s) produto (s) entregue (s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.
- XI. A contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha causar a terceiros e/ou aos órgãos participantes do presente certame licitatório, decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação, depois da devida apuração, reparando às suas custas os danos identificados, durante a execução dos serviços contratados;
- XII. na hipótese acima mencionada o valor necessário à reparação dos danos poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos, deduzidos da garantia contratual, porventura existente, ou cobrado judicialmente.
- XIII. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender;
- XIV. Executar os serviços com observância das normas técnicas e regulamentação aplicável ao caso, com esmero e correção, refazendo tudo quanto for impugnado pela fiscalização, se necessário;
- XV. Elaborar Relatórios ressaltando os serviços realizados na medida em que forem executados, (manutenção, recarga, teste hidrostático, entre outros) em cada extintor de incêndio; a fim de que sejam atestados pela fiscalização do contrato, informando também nestes, possíveis irregularidades, tais como: falta de sinalização, localização fora das normas de segurança, quantitativo insuficiente de unidades extintoras dentre outras encontradas.
- XVI. Identificar os profissionais que executarão os serviços nas dependências dos órgãos participantes e demandantes dos serviços;
- XVII. Disponibilizar junto aos Contratantes, data para que sejam realizados em sua empresa os testes de eficiência;
- XVIII. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação, provenientes da realização dos serviços de troca de dispositivos, recarga, teste hidrostático, transporte dos extintores e outras, sem custo adicional para a Contratante;
- XIX. Fornecer toda a mão de obra especializada e devidamente qualificada de acordo com a legislação em vigor, necessária e indispensável à completa e perfeita execução dos serviços;



Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- XX. Os serviços rejeitados pela fiscalização devido ao uso de materiais que não sejam especificados e/ou considerados como mal executados, deverão ser refeitos, arcando a contratada com ônus decorrente do fato:
- XXI. Substituir, reparar ou corrigir, em até **10** (dez) dias úteis, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem defeitos de fabricação, de materiais empregados ou na execução, ainda que só detectados quando da sua utilização.
 - XXII. Fornecer termo de validade do pó químico utilizado nos extintores de PQS e Termo Geral de Conformidade de todos.
 - XXIII. Entregar, após a manutenção, os extintores nas suas respectivas localizações, exceto quando outra determinação for informada pelo Gestor do contrato.
 - XXIV. Apresentar, quando da realização do certame, certificação habilitando-a a prestar o respectivo serviço, emitida por organismo certificador. A cópia desse certificado deverá acompanhar a nota fiscal.
 - XXV. Executar a manutenção dos extintores conforme solicitação do Gestor do futuro Contrato, que controlará a validade dos mesmos, acionando a empresa antes do vencimento.
 - XXVI. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da contratação;
 - XXVII. Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pelo Gestor de contrato, que serão formuladas por escrito, em duas vias contra recibo ou por meio de endereço eletrônico a ser informado pela empresa;
 - XXVIII. Facilitar o pleno exercício das funções do gestor de contrato, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Contratante, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais;
 - XXIX. Não transferir a terceiros o contrato a ser firmado, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, como também, não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento, por escrito;
 - XXX. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.
 - XXXI. Apresentar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos itens objeto da contratação à USAG ou setor correspondente do órgão que compõe a presente Ata de Registro de Preços.

ITEM 08 – DA VIGÊNCIA:

8.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano, a contar da data da sua publicação do Diário Oficial do Município, não podendo ser prorrogada.

ITEM 09 - DOS PREÇOS REGISTRADOS:

9.1 - Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor(es) e as especificações do(s) serviço(s)/material(ais) registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRE	ESA:		
CNPJ:			FONE:FAX
END.:			
Item	Quant.	ESPECIFICAÇÃO MARCA	PREÇO UNIT. (R\$) PREÇO TOTAL R\$

ITEM 10 – DO PAGAMENTO:

- 10.1 O pagamento será efetuado, pela CONTRATANTE no prazo de até 30 dias após a prestação de serviços, com apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Setorial de Administração e Finanças da instituição solicitante.
- 10.1.1 Para execução do pagamento de que trata o item 20.1, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Órgão beneficiado com o devido n.º do CNPJ, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- 10.2 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Órgão beneficiado.
- 10.3 Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal dos encargos sociais e previdenciários, quais sejam: INSS, FGTS, Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e de débitos trabalhistas.
- 10.4 À CONTRATANTE, reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos forem entregues em desacordo com as especificações constantes do Edital deste Pregão.
- 10.5 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 10.6 Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.
- 10.7 Havendo atraso nos pagamentos, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa referencial TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados *pro rata tempore*, mediante aplicação da seguinte formula:

EM = [(1+TR/100) - 1] N/30XVP, onde,

TR = Percentual atribuído à taxa referencial-TR;

EM = Encargos Moratórios

VP = valor da parcela a ser pago

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

ITEM 11 - DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA:

11.1 - A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se forem o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

ITEM 12 - DA PUBLICIDADE:

12.1 - Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor (es) e as especificações resumidos(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município.

ITEM 13 - DA REVISÃO DE PREÇOS:

13.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 16, do Decreto 11.005, de 29 de Abril de 2016.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato nova que eleve o seu custo, cabendo a SECRETARIA MUNICIPAL. DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

ITEM 14 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR:

14.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

- XXXII. Não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP:
- XXXIII. Recusarem-se a retirar a nota de empenho ou documento equivalente nos prazos estabelecidos, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.
- XXXIV. Dar causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
- XXXV. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;
- XXXVI. Não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

XXXVII. Não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação 🛭

XXXVIII. Em razões de interesse público, devidamente justificado.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pela a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Exmº Sr. Secretário da SECRETARIA MUNICIPAL. DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

ITEM 15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 15.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo subitem 19.3, do edital, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.
- 15.2 o atraso injustificado na entrega dos objetos licitados após o prazo preestabelecido no edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a sequir:
 - a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias; e
 - b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato.
- 15.3 As multas a que se refere o item acima incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 15.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:
- a) Advertência:
- b) Multa por atraso a cada 30 dias após o prazo previsto na alínea "b", do subitem 23.2, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a cinco (5) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO: a aplicação da sanção prevista na alínea "b", não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "a", "c" e "d", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente prevista, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de dez (10) dias úteis.

15.5 - A recusa injustificada de licitante vencedora em retirar a nota de empenho ou outro documento equivalente, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

ITEM 16 – DA DOCUMENTAÇÃO:

16.1 – A Presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

Processo Licitatório nº______--FUNCARTE-SRP

- a) Edital do Pregão Presencial SRP nº______ /2016-COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/ a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SEMAD e anexos;
- b) Proposta de Preços da(s) FORNECEDORA(S).

ITEM 17 - DO FORO:

17.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Natal (RN), como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento da ata de registro de preços.



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

Por estarem de acordo, assinam a Presente Ata.

		Natal,	de	2016.
Pela SECRETARIA MUNICIPAL DE	E ADMINISTRAÇÃO - SEMAD			
	Secretário Municipal			
Pelas empresas:				
Nome	p/ empresa.			
Nome	p/ empresa.			



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ /2016- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

MINUTA DE CONTRATO

	MINUTA DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECARGA, MANUTENÇÃO E INTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE À INCÊNDIOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE E A
, Órgão bairro:– CEP; , representada pelo Secre	DE NATAL, através da SECRETARIA MUNICIPAL da Administração Direta, com sede, na (UF) inscrita no CNPJ nº etário Municipal de, Sr, CPF
denominado CONTRATANTE, e a empresa estabelecida a doravante denominada CONTRATADA, neste	, Natal/RN., daqui por diante , com sua representação , inscrita no CNPJ N.º, Ato representada por sua Sócio-Gerente Sr.
os termos,o qual observará os preceitos de direito públi 17 de julho 2002, Decreto Municipal nº 7.652, de 23 de Decreto municipal nº 11.005, de 29 de Abril de 2016, âmbito do Município de Natal, Lei Complementar nº. alterações introduzidas pelas Leis Complementares 6.025/2009 e Decreto Municipal nº 8.802 de 07 de	NTRATADA, firmam o presente contrato, sujeitando-se ico e, em especial os termos da lei federal nº 10.520, de Junho de 2005, que regulamento a modalidade pregão; que regulamento o Sistema de Registro de Preços no 123, de 14 de dezembro de 2006, (com inclusões e nºs 128/2008, 139/2011, 147/2014), Lei Municipal nº julho de 2009 e legislações correlatas, aplicando-se, 33, em sua atual redação, bem como pelas condições
prestação de serviços de recarga, manutenção e ins	
2.1 - A contratação objeto deste documento obrig	acional teve origem de acordo com o resultado e egão Presencial para Registro de Preços - Tipo: Menor

Processo nº 048895/2015-60 Pregão Presencial 24.004/2016 41

3.1 O presente Contrato terá prazo de vigência da data da assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016, não

<u>3 -CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:</u>

podendo ser prorrogado.



Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- e) O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.
- 3.2 Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a sua vigência.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

4.1 - Integram e complementam este termo de contrato, no que não o contrariam, ato convocatório, a proposta final da contratada e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação de que trata a cláusula anterior.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 As despesas decorrentes da execução deste contrato ocorrerá por conta dos recursos orçamentários dos órgãos/entidade abaixo relacionados, cuja classificação institucional funcional programática é a seguinte:

Classificação orçamentária::

Fonte:

Elemento De Despesas:

6- CLÁUSULA SEXTA - DOS PRECO

6- CL	<u> AUSULA SE</u>	<u> XTA – DOS PREÇOS:</u>			
6.1 Pe	ela execução	o do objeto do presente contrato, a CONTRATA	NTE pagará a CONTRA	TADA o val	or unitário
de	R\$	(),correspondente	ao(s)	iten(s
no(s)_					
<u> 7 - CL</u>	<u>ÁUSULA S</u>	<u>ÉTIMA – DO PRAZO DE ENTREGA:</u>			
7.1 –	O prazo de	entrega/prestação dos serviços é de até	() dias,	contados d	a data de
assina	atura deste d	ontrato, mediante emissão de ordem de serviço	o ou empenho.		

8 - CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS: 8.1 - O fornecimento dos produtos/prestação dos serviços descritos na proposta de preços da licitante vencedora será providenciado de acordo com a solicitação do órgão beneficiário, devendo ser entregue na sede da Secretaria solicitante.

9 - CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

- 9.1 À Contratada compete:
 - VIII. Prestar o(s) servico(s) solicitado(s) nos prazos estabelecidos no Anexo I do edital de licitação Pregão PRESENCIAL - SRP nº /2016 a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
 - IX. Prestar/Fornecer o(s) serviços/material(ais) conforme especificações, marcas, e preços registrados na presente ARP; responsabilizando-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, nos termos das normas e especificações técnicas e legislação vigente;
 - X. Prestar/Fornecer o(s) servicos/material(ais) no respectivo endereco do órgão participante ou não participante da presente ARP;
 - XI. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD referentes às condições firmadas na presente ARP:
 - XII. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
 - XIII. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
 - XIV. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na
 - XV. Cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao (s) produto (s) entregue (s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.
 - XVI. A contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha causar a terceiros e/ou aos órgãos participantes do presente certame licitatório, decorrentes de culpa ou dolo na execução da



Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

contratação, depois da devida apuração, reparando às suas custas os danos identificados, durante a execução dos serviços contratados;

- XVII. na hipótese acima mencionada o valor necessário à reparação dos danos poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos, deduzidos da garantia contratual, porventura existente, ou cobrado judicialmente.
- XVIII. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender;
- XIX. Executar os serviços com observância das normas técnicas e regulamentação aplicável ao caso, com esmero e correção, refazendo tudo quanto for impugnado pela fiscalização, se necessário;
 - XX. Elaborar Relatórios ressaltando os serviços realizados na medida em que forem executados, (manutenção, recarga, teste hidrostático, entre outros) em cada extintor de incêndio; a fim de que sejam atestados pela fiscalização do contrato, informando também nestes, possíveis irregularidades, tais como: falta de sinalização, localização fora das normas de segurança, quantitativo insuficiente de unidades extintoras dentre outras encontradas.
- XXI. Identificar os profissionais que executarão os serviços nas dependências dos órgãos participantes e demandantes dos serviços;
- XXII. Disponibilizar junto aos Contratantes, data para que sejam realizados em sua empresa os testes de eficiência;
- XXIII. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação, provenientes da realização dos serviços de troca de dispositivos, recarga, teste hidrostático, transporte dos extintores e outras, sem custo adicional para a Contratante;
- XXIV. Fornecer toda a mão de obra especializada e devidamente qualificada de acordo com a legislação em vigor, necessária e indispensável à completa e perfeita execução dos serviços;
- XXV. Os serviços rejeitados pela fiscalização devido ao uso de materiais que não sejam especificados e/ou considerados como mal executados, deverão ser refeitos, arcando a contratada com ônus decorrente do fato:
- XXVI. Substituir, reparar ou corrigir, em até **10** (dez) dias úteis, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem defeitos de fabricação, de materiais empregados ou na execução, ainda que só detectados quando da sua utilização.
- XXVII. Fornecer termo de validade do pó químico utilizado nos extintores de PQS e Termo Geral de Conformidade de todos.
- XXVIII. Entregar, após a manutenção, os extintores nas suas respectivas localizações, exceto quando outra determinação for informada pelo Gestor do contrato.
- XXIX. Apresentar, quando da realização do certame, certificação habilitando-a a prestar o respectivo serviço, emitida por organismo certificador. A cópia desse certificado deverá acompanhar a nota fiscal.
- XXX. Executar a manutenção dos extintores conforme solicitação do Gestor do futuro Contrato, que controlará a validade dos mesmos, acionando a empresa antes do vencimento.
- XXXI. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da contratação;
- Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pelo Gestor de contrato, que serão formuladas por escrito, em duas vias contra recibo ou por meio de endereço eletrônico a ser informado pela empresa;
- XXXIII. Facilitar o pleno exercício das funções do gestor de contrato, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Contratante, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais;
- XXXIV. Não transferir a terceiros o contrato a ser firmado, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, como também, não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento, por escrito;



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

XXXV. - Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

XXXVI. <u>- Apresentar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos itens objeto da contratação à USAG ou setor correspondente do órgão que compõe a presente Ata de Registro de Preços.</u>

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:

- 10.1 Constituem motivo para rescisão do contrato:
 - h) não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - i) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
 - j) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
 - k) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
 - A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
 - m) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- n) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - o) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 10 do art. 67desta Lei:
 - p) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado:
 - r) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
 - s) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
 - t) A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do Decreto 7.622/2005;
 - A suspensão de sua execução por ordem escrita da administração, por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade publica, grave perturbação, da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - v) O atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade publica, grave perturbação, da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - w) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
 - x) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
 - y) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sancões penais cabíveis.



Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

PARÁGRAFO ÚNICO. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

- 10.2 O contrato poderá ser alterado, mediante a celebração de termos aditivos, e rescindido unilateralmente pela Administração na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos art. 77 a 80, Lei nº. 8.666/93, em sua redação atual, ou, de comum acordo entre as partes, mediante aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 10.3 A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, obedecido às situações previstas nos incisos I a XVIII, do artigo 78, da Lei 8.666/93 em sua atual redação e especialmente quando a empresa adjudicatária:
 - 1. Atrasar injustificadamente a entrega do objeto licitado, além de trinta dias corridos após o prazo preestabelecido no sub item 6.5, do Edital;
 - 2. Falir ou dissolver-se; e
 - 3. Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem a expressa anuência da Secretaria de origem.
- 10.3 Por acordo entre as Partes, amigavelmente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.
- 10.4 Judicialmente, nos termos da legislação.
- 10.5 Está prevista a rescisão, ainda para os casos:
- 10.5.1 supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido à data da supressão;
- 10.5.2 suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 90 (noventa) dias corridos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente, do pagamento obrigatório de indenizações sucessivas e contratualmente imprevistas, desmobilizações e imobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 10.5.3 atraso superior a 90 (noventa) dias corridos dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 10.5.4 descumprimento do disposto no Inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u>: Quando a rescisão ocorrer com base nos subitens 10.5.2 e 10.5.3, desta Cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 11.1 A aceitação do objeto deste contrato somente será efetivada após ter sido o mesmo considerado satisfatório, pela contratante, ficando a empresa fornecedora obrigada a substituí-lo sempre que ocorrer falha, em tempo hábil.
- 11.2 O recebimento do objeto do contrato serão fiscalizados pela Secretaria Municipal de _______, que para isso indicará preposto com o qual serão estabelecidos todos os contados durante a execução do contrato, nos termos da legislação aqui citada.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- 12.1 O pagamento será efetuado, pela CONTRATANTE até o 30º (trigésimo) dia corrido após cada entrega e recebimento definitivo dos serviços, devendo a nota fiscal/fatura está devidamente atestada pelo setor competente, e mediante comprovação de recolhimento dos encargos sociais
- 12.1.1 Para execução do pagamento de que trata o item 12.1, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Órgão beneficiado com o devido n.º do CNPJ, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.
- 12.2 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Órgão beneficiado.
- 12.3 Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal dos encargos sociais e previdenciários, quais sejam INSS, FGTS, Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual, e Municipal.
- 12.4 À CONTRATANTE, reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos forem entregues em desacordo com as especificações constantes do Edital deste Pregão.
- 12.5 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 12.6 Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.
- 12.7 Havendo atraso nos pagamentos, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa referencial TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados *pro rata tempore*, mediante aplicação da seguinte formula:

EM = [(1+TR/100) - 1] N/30XVP, onde,

TR = Percentual atribuído à taxa referencial-TR;

EM = Encargos Moratórios

VP = valor da parcela a ser pago

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

13- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REVISÃO DE PREÇOS:

13.1 - A revisão dos preços só poderá ocorrer quando demonstrado o aumento de custos pela Contratada, cabendo à Contratante proceder a revisão dos valores

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 14.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos licitantes remanescentes de que trata o sub item 17.6, do Edital.
- 14.2 O atraso injustificado na entrega do objeto licitado após o prazo preestabelecido no subitem 26.2, do Edital, sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:
- g) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias; e
- h) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato.
- 14.3 As multas a que se refere o item acima incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 14.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá aplicar as sequintes sanções:
- a) Advertência;
- b) Multa por atraso a cada 30 dias após o prazo previsto na alínea "b", do subitem 14.2, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;



Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a cinco (5) anos;
- j) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO: a aplicação da sanção prevista na alínea "b", não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "a", "c" e "d", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente prevista, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de dez (10) dias úteis.

14.5 - A aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula é de competência exclusiva do Exmº Sr. Secretário Municipal da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES:

- 15.1 Face ao disposto no § 1º, do art. 65, da Lei n.º 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, a quantidade de que trata este contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões de até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial do contrato.
- 15.2 Os casos omissos serão resolvidas pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO:

- 16.1 As partes contratantes elegem o foro da cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 16.2 E, por estarem assim ajustadas ou contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

	Natal, RN,	de	2016.			
	CONTRATANTE		-	-	CONTRATADA	
TESTEMUNHAS:						
1 ^a		2 ^a				



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email:

pregao.semad@natal.rn.gov.br

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXXXX /2016- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO- SEMAD MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Sr(a) Pregoeiro(a),

Seguindo os ditames editalícios, apresento a V.Sa a nossa proposta de preços para o PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXXX/2016- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO conforme a seguir relacionados, discriminados de acordo com ANEXO I (Termo de Referência), do Edital:

Item	ОВЈЕТО	Und	QTD	Valor unit R\$	VALOR TOTAL R\$

Proposta do preço unitário e total dos serviços, em moeda corrente nacional (REAL), sendo admitidas apenas luas casas decimais após a vírgula, devendo a cotação total global estar expressa em algarismos arábicos e por extenso R\$
Declaramos que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega.
Declaramos expressamente que, nos preços propostos, estão inclusas no valor cotado todos os custos diretos e indiretos, despesas com mão de obra e, bem como, todos tributos incidentes, taxas de administração, serviços, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, seguros, treinamento, lucro e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas;
Prazo de entrega: () dias corridos, contado a partir da assinatura do contrato.
nformamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco, Nº, Agência , e o nosso telefone para contato é, fax e e-mail.
Atenciosamente,
Natal/RN,dede 2016.
Diretor ou representante legal – RG/CPF

Processo nº 048895/2015-60 Pregão Presencial



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXX/2016- SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

A empre , Presencial Nº /2016, sob as p habilitação no presente process	sediada no (a) penas da Lei que até a prese	ente data inexistem fa	•	ins do Preç os para a s	
	Natal/RN,de	de 2016.			

Diretor ou representante legal - RG/CPF

Processo nº 048895/2015-60 Pregão Presencial 24.004/2016 49



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXXX/2016- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

MODELO DECLARAÇÃO REFERENTE AO TRABALHO DE MENOR

Pregão Presencial Nº XXXX/2016

А	empresa			,	inscrita			
				seu representante	•	٠,		٠,
				Identidade Nº				
Nº		•	•	inciso "V" Art. 27				
junho de 1993, acrescid (dezoito) anos em traball	•					mer	nores de	÷ 18
Res	ssalva: emprega	nenor, a parti	ir de 14 (qu	atorze) anos na co	ndição de	apre	endiz	
	Natal/R	N,de		_de 2016.				
	Diret	or ou renresent	tante legal –	RG/CPF				

Processo nº 048895/2015-60 Pregão Presencial 24.004/2016 50



Rua Santo Antônio, 665 - Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 - Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº /2016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

A _ empresa), na	CNP	J Nº:		(andaraca	compl	oto) nor	(razão com		sede
representante expressamente licitatório.	legal, i	nfra-assinado,	e para	os fins do	Pregão	Presencial	nº /2016,	, DECI	LARA
				de		de 2016.			
Nome ou o	carimbo:	(assinatura (·	onsável pela er					
Cargo ou (carimbo	:							
Nº da cédı	ıla de id	lentidade e órgá	ăo emite	nte:					
СР	F:								

OBS.: Esta declaração deverá ser juntada aos documentos de Credenciamento.



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº /2016- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo pres (endereço completo) (nacionalidade, es CIC), CREDENCIA o Senh de identidade, órgão expec nome desta empresa, dar tratar de todo o demais assi	stado civil, nº da carteira or (nome do crec lidor, data de emissão, entrada em documenta	sentado pelo de identidad denciado), e nº do CIC) ção, formaliz	o (cargo), de, órgão expedido (nacionalidade, , dando-lhe car propostas, dar	(nome do responsá r, data de emissão e n estado civil, nº da cart e plenos poderes para, lances, recorrer, desis	vel), o do teira em
	,	de	de 2016.		
	Assinatur	a e identifica	 ção		

OBS.: Esta carta deverá ser juntada aos documentos de Credenciamento.



Rua Santo Antônio, 665 – Cidade Alta - CEP 59025-520 Natal/RN Tel: (84) 3232-4985 – Email: pregao.semad@natal.rn.gov.br

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº /2016- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA

A empresa... Inscrita no CNPJ nº..., sediada (endereço completo)..., por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a)..., portador (a) da Carteira de Identidade nº.... E do CPF... **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende os dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, notadamente o art. 3°, (com inclusões e alterações introduzidas pelas Leis Complementares nºs 128/2008, 139/2011, 147/2014) tendo direito aos benefícios estendidos pelo referido Diploma.

Processo nº 048895/2015-60